Destinatário: Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada

Assunto: Pedido de informação sobre ordens de demolição pendentes, designadamente na Azinhaga dos Formosinhos, e medidas de realojamento das famílias afetadas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada,

No dia 15 de outubro de 2026, a CMTV veiculou uma reportagem na qual foi afirmado que a Câmara Municipal de Almada teria emitido 35 ordens de demolição, no seguimento das consequências das intempéries na Azinhaga dos Formosinhos, no Porto Brandão.

Esta informação deverá ser confrontada com o Edital n.º 28/2026, publicado pela Câmara Municipal de Almada em 24 de fevereiro de 2026, pelo qual foram notificados os proprietários, arrendatários, usufrutuários e demais titulares de direitos reais sobre os prédios situados na denominada "área D" da Azinhaga dos Formosinhos, delimitada pela Rua do Alto do Machado, Rua do Lugar, Rua A e Rua B.

Nos termos do referido edital, foi concedido um prazo de 10 dias úteis para pronúncia em sede de audiência prévia e um prazo de 30 dias úteis para demolição das construções localizadas entre a Rua do Alto do Machado e a Rua 1.º de Maio, sob pena de execução das demolições pela Câmara Municipal, com imputação das despesas aos notificados.

A fundamentação invocada pela autarquia assentou no relatório do Serviço Municipal de Proteção Civil de 4 de fevereiro de 2026, que identificou risco de ruína decorrente do movimento de massas do solo, por deslizamento, bem como na circunstância de as construções se encontrarem em Reserva Ecológica Nacional e não serem passíveis de legalização.

Posteriormente, o segundo boletim do estudo de acompanhamento e monitorização de movimentos de vertente e de massa no concelho de Almada, elaborado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e apresentado publicamente em 1 de outubro de 2026, concluiu pela existência de movimentação ativa da vertente, elevada vulnerabilidade do edificado e nível de risco incompatível com a permanência ou regresso da população na zona crítica da Azinhaga dos Formosinhos.

O mesmo estudo recomendou o não regresso das populações ao núcleo edificado localizado a nascente da Rua do Alto do Machado e a manutenção de restrições de ocupação na área compreendida entre a Rua do Alto do Machado e a Rua 1.º de Maio.

Face à gravidade da situação, ao número de habitações e famílias potencialmente afetadas, ao dever de garantir condições dignas de realojamento e ao princípio da transparência da ação municipal, vem o abaixo assinado, Grupo Municipal do CHEGA, requerer ao Executivo Municipal que, no prazo legal, preste resposta escrita, completa e fundamentada sobre os seguintes pontos:

a) Confirmar ou desmentir, de forma expressa, a informação veiculada na reportagem da CMTV de 15 de outubro de 2026, segundo a qual a Câmara Municipal de Almada emitiu 35 ordens de demolição na sequência das intempéries na Azinhaga dos Formosinhos;

b) Indicar se as referidas 35 ordens de demolição correspondem, na totalidade ou em parte, às habitações abrangidas pelo Edital n.º 28/2026, de 24 de fevereiro de 2026, ou se constituem procedimentos administrativos distintos;

c) Indicar o número exato de ordens de demolição emitidas pela Câmara Municipal de Almada, a data de emissão de cada uma, os respetivos destinatários, o fundamento legal e técnico e o serviço municipal competente;

d) Indicar o número total de ordens de demolição emitidas pela Câmara Municipal de Almada que se encontravam pendentes de execução à data de 8 de outubro de 2026, incluindo as respeitantes à Azinhaga dos Formosinhos;

e) Esclarecer, para cada ordem de demolição, se esta já foi cumprida voluntariamente, se se encontra pendente ou se foi objeto de execução coerciva pela Câmara Municipal;

f) Indicar o número de habitações já efetivamente demolidas na Azinhaga dos Formosinhos, o número de habitações ainda por demolir, os motivos pelos quais a execução não ocorreu e o calendário previsto para a conclusão das demolições;

g) Informar sobre o número de famílias e pessoas desalojadas ou abrangidas pelas ordens de demolição, discriminando, quando disponível, o número de adultos, crianças e jovens;

h) Indicar as medidas de apoio social, habitacional e de realojamento já disponibilizadas ou previstas para as famílias afetadas, designadamente alojamento temporário, apoio ao arrendamento, atribuição de habitação municipal, apoios financeiros e acompanhamento social;

i) Informar sobre o número atual de agregados familiares e pessoas da Azinhaga dos Formosinhos que permanecem em alojamento temporário, bem como sobre a duração prevista dessa solução e a data prevista para atribuição de solução habitacional definitiva;

j) Informar sobre os montantes despendidos até à data e os montantes previstos no âmbito das medidas de apoio, realojamento, demolição, estabilização e recuperação da zona da Azinhaga dos Formosinhos;

l) Esclarecer se o Executivo Municipal já definiu um plano de intervenção, calendário e dotação orçamental para a execução das demolições e para a mitigação do risco geológico na Azinhaga dos Formosinhos, designadamente à luz das recomendações do estudo da NOVA FCT apresentado em outubro de 2026.

Almada, 19 de outubro de 2026

Os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA

Patrícia de Carvalho - Mário Tavares Paracana - Inês Silva - Isabella Baltazar - Luís Cordeiro - Teresa Amarante - Andreia Miranda